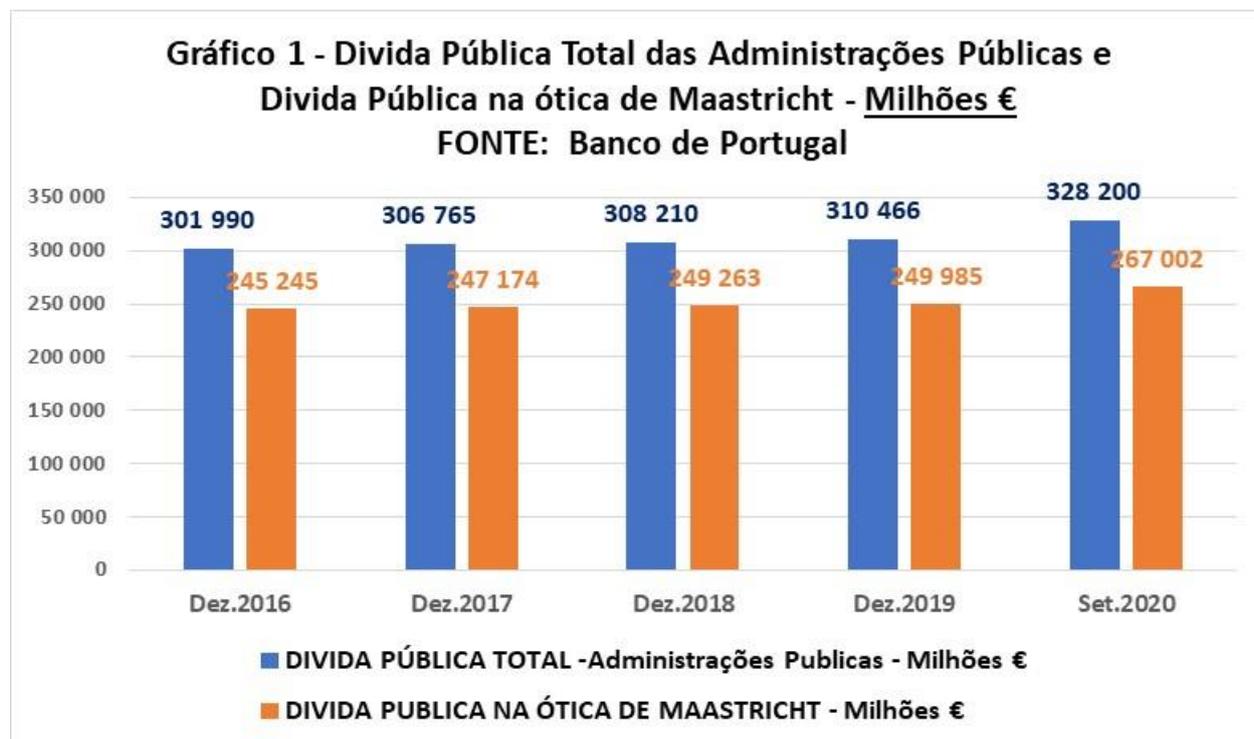


Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A DIVIDA PUBLICA AUMENTOU NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2020 EM 17.700 MILHÕES € QUANDO NOS 3 ANOS ANTERIORES (2016/2019) TINHA SUBIDO METADE (8.474M€), E ENTRE 2016 E 2020 OS JUROS DA DIVIDA PÚBLICA SOMARAM 38.222 MILHÕES O QUE É IGUAL A 82% DAS TRANSFERENCIAS DO O.E. PARA O SNS NO MESMO PERÍODO

O aumento da dívida pública disparou nos primeiros 9 meses de 2020. Entre dez.2019 e set.2020, a dívida total das Administrações Públicas aumentou de 310.466 milhões € para a 328.200 milhões € (+17.734M€), e a dívida pública na ótica de Maastricht (a que é fiscalizada pela Comissão Europeia) cresceu de 249.985 milhões € para 267.002 milhões € (+17.017M€). Este crescimento vertiginoso da dívida pública em apenas 9 meses é ainda mais claro quando comparado com o aumento registado nos 3 anos anteriores (2016/2019). O gráfico 1 permite ver como a dívida pública evoluiu desde 2016.



Em dez.2016 a dívida total das Administrações Públicas era 301.990 milhões € e, em dez.2019 tinha subido para 310.466 milhões € (+ 8476 milhões € quando nos primeiros 9 meses de 2020 aumentou em 17.734 milhões €, ou seja, +109,2%) e dívida pública na ótica de Maastricht subiu, também entre dez.2016 e dez.2019, de 245.242 milhões € para 249985 milhões € (+4740 milhões €, quando nos primeiros 9 meses de 2020 aumentou 17017 milhões €, ou seja, mais 259%). É um aumento muito grande que, a manter-se, criará obstáculos enormes no futuro ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país. E quando as taxas de juro da dívida pública aumentarem, ou seja, quando o BCE deixar de fazer aquisições maciças de dívida pública no mercado secundário, a situação pode-se tornar insustentável porque as taxas de juro da dívida pública, agora negativas, dispararão.

A DIVIDA TOTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS JÁ CORRESPONDE A 159,8% DO PIB, E A DIVIDA PÚBLICA NA ÓTICA DE MAASTRICHT JÁ REPRESENTA 130% DO PIB

O quadro 1 mostra o peso da dívida pública em relação à riqueza criada anualmente no país (PIB)

Quadro 1 – Percentagem que a dívida já representa do PIB (riqueza criada anualmente no país)

ANOS	DIVIDA PUBLICA EM % DO PIB (riqueza criada anualmente no país)	
	Divida Total das Administrações Públicas	Divida Pública na ótica de Maastricht
2016	161,9%	131,5%
2017	156,6%	126,1%
2018	150,2%	121,5%
2019	145,8%	117,2%
Set.2020	159,8%	130,0%

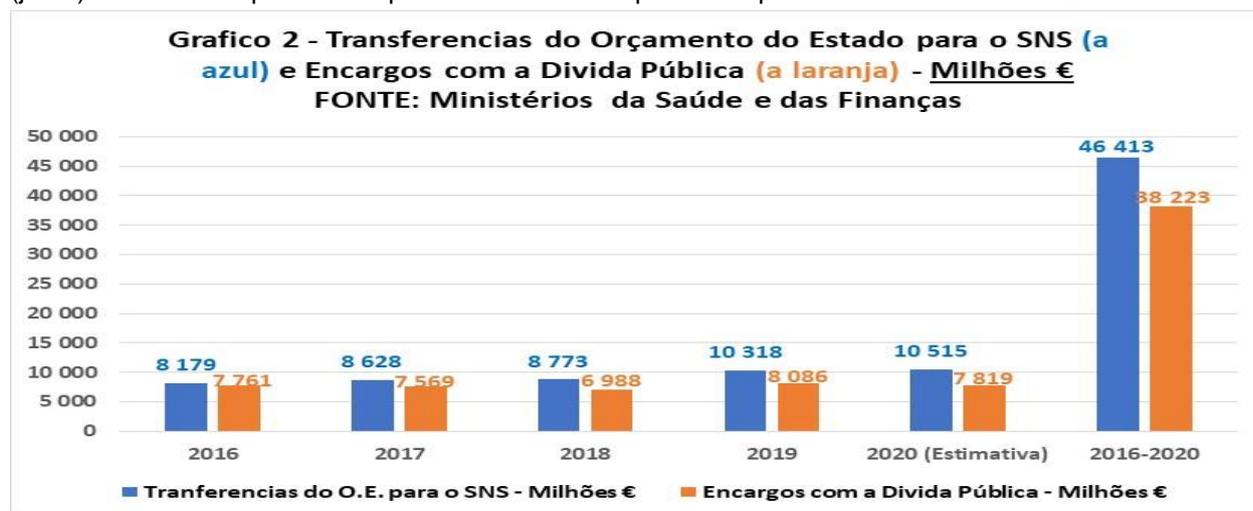
FONTE: Boletim Estatístico - Dez.2020 - Banco de Portugal

A riqueza criada num ano no país já não é suficiente para pagar a dívida pública. Seria necessário a de 1,5 anos e ela está a crescer vertiginosamente como os dados do Banco Portugal revelam.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

OS JUROS COM A DIVIDA PUBLICA SOMARAM, NO PERIODO 2016/2020, 38.223 MILHÕES € O QUE CORRESPONDE A 82,3% DAS TRANSFERENCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O SNS

O gráfico 2 (dados dos Ministérios da Saúde e das Finanças), mostra o peso já enorme dos encargos (juros) com a dívida pública os quais absorvem uma parcela importante dos recursos do Estado



Se comparamos os juros da dívida pública com as transferências anuais do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional da Saúde conclui-se que, em 2016, corresponderam a 94,9%; em 2017 a 87,7%; em 2018 a 79,7%; em 2019 a 78,4% e, em 2020, estima-se que os juros pagos correspondam a 74,4% das transferências do Orçamento do Estado para o SNS. Em média, neste período, atingiram 82,3%. Os encargos com a dívida já consomem uma parcela muito importante dos recursos do Estado e a tendência é para aumentar. Quando a taxa de juros da dívida pública aumentar os encargos com ela poderão tornar-se-á incomportáveis e um sério obstáculo ao desenvolvimento do país.

METADE DO FINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA NA ÓTICA DE MAASTRICHT É EXTERNO

Segundo o Banco de Portugal, em set.2020, 133.289 milhões € da dívida pública tinha como fonte financiamento externo, e 96.762 milhões € era financiamento obtido junto da banca, o que somado dá 230.051 milhões €. O financiamento externo aumenta a dependência do país a centros de decisão estrangeiros, e dívida à banca associa o Estado ao risco da banca, pois esta está muito vulnerável à crise económica e social, e os prejuízos dispararão com a eliminação das moratórias concedidas a 46.000 milhões € concedidas no crédito às famílias (21.600M€) e às empresas (24.400M€), pois os incumprimentos multiplicar-se-ão, as imparidades a registar, agora congeladas e escondidas, aumentarão muito, e pode surgir uma crise bancária a que o Estado poderá ser obrigado a acudir

DIZER QUE UMA DIVIDA PUBLICA ELEVADA E A CRESCER RAPIDAMENTE NÃO É UM PROBLEMA SÉRIO SÓ PODE SER POR IGNORÂNCIA OU PARA ENGANAR

Uma dívida pública elevada e a crescer rapidamente é, na verdade, um problema real e sério que não pode nem deve ser ignorado. Embora seja uma questão sensível falar agora, é importante um alerta.

E é um problema sério e importante por várias razões. Em primeiro lugar, porque consome, quer com o pagamento de juros quer com a amortização do capital, enormes recursos do Estado, como mostramos comparando o que já se gasta anualmente com juros com as transferências do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde em cada ano. E o que se gasta com juros não se tem para se gastar com o SNS, com a educação ou com o desenvolvimento do país.

Em segundo lugar, porque agrava a dependência do nosso país em relação aos credores (os mercados financeiros que são grandes grupos económicos estrangeiros) assim como em relação à política de BCE de juros baixos ou mesmo negativos e de juros altos, um centro de decisão que o país não controla. Se os juros da dívida pública aumentarem muito a ação do Estado ficará limitada por falta de recursos e pela dependência aos mercados financeiros (basta um aumento de um ponto percentual – 1% - nas taxas de juro para que os encargos com dívida aumentem 3282 milhões €/ano, ou 2670 milhões € na ótica de Maastricht embora não seja imediato, pois isso terá lugar à medida que se renova a dívida- novos empréstimos- ou se aumenta a dívida).

E em terceiro lugar, porque tanto a dívida pública (capital) como os juros terão de ser pagos com receitas de impostos, ou seja, pelos portugueses, o que aumentará a carga fiscal. É necessário pensar a sério sobre o perigo da dívida e ter presente que quando se confina as pessoas e se fecha a economia, com a quebra de receitas do Estado que daí também resulta, os apoios que se dão às empresas e às famílias só são possíveis com mais dívida. E isto para além das consequências sociais e económicas dramáticas: fecho e destruição de empresas, perda de trabalho, de empregos, e de rendimentos e aumento da pobreza já chocantes. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 19/12/2020